

Cosco Shipping Lines (Brasil) S.A.

CNPJ/MF nº 02.502.234/0001-62

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido						
Ativo	Nota	Controladora		Capital social	Reserva legal	Plano de opção de compra de ações	Lucros acumulados	Ajuste acumulado de conversão	Total	
		2022	2021							
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	3	58.597	69.635	521	–	1.145	12.360	–	14.026	
Contas a receber	10	46.176	154.203	–	104	–	15.711	–	15.711	
Impostos a recuperar		69	90	–	–	704	–	–	704	
Outras contas a receber		1.014	1.234	–	–	–	(7.229)	–	(7.229)	
		105.856	225.162							
Não circulante										
Investimentos	4	6.916	2.757	521	104	1.849	20.738	5	23.217	
Ativo imobilizado	5	1.195	2.106	–	–	–	30.546	–	30.546	
Ativos intangíveis	6	719	685	–	–	–	413	–	413	
		8.830	5.548				(20.686)	(160)	(20.686)	
Total do ativo		114.686	230.710	521	104	2.262	30.598	(155)	33.330	
Passivo e patrimônio líquido										
Circulante										
Frete para remessa	10	78.150	201.394							
Arrendamento a pagar		–	753							
Obrigações tributárias	7	1.867	3.633							
Obrigações trabalhistas		978	1.471							
		80.995	207.251							
Não circulante										
Provisão para contingências	8	361	242							
		361	242							
Patrimônio líquido										
Capital social	11	521	521							
Plano de opção de compra de ações	11	2.262	1.849							
Reserva legal		104	104							
Lucros acumulados		30.598	20.738							
Ajuste acumulado de conversão		(155)	5							
		33.330	23.217							
Total do passivo e patrimônio líquido		114.686	230.710							

Demonstrações do Resultado				Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Ativo	Nota	Controladora		Capital social	Reserva legal	Plano de opção de compra de ações	Lucros acumulados
		2022	2021				
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3	114.558	92.380	521	–	1.145	12.360
Contas a receber	10	82.898	164.175	–	104	–	15.711
Impostos a recuperar		2.886	248	–	–	704	–
Outras contas a receber		5.916	2.778	–	–	–	(7.229)
		206.258	259.581				
Não circulante							
Outras contas a receber		73	54				
Investimentos	4	2.013	1.514				
Ativo imobilizado	5	2.291	3.507				
Ativos intangíveis	6	719	685				
		5.996	5.760				
Total do ativo		211.354	265.341				
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos		122	267				
Fornecedores		2.825	3.740				
Frete para remessa	10	158.539	228.963				
Outras contas a pagar		635	286				
Adiantamentos de clientes		1.557	824				
Arrendamento a pagar		168	916				
Obrigações tributárias	7	7.148	4.301				
Salários a pagar e provisão para pagamentos		4.516	1.609				
		175.510	240.906				
Não circulante							
Arrendamento a pagar		217	412				
Salários a pagar e provisão para pagamentos		96	31				
Provisão para contingências	8	361	242				
		674	685				
Patrimônio líquido							
Capital social	11	521	521				
Plano de opção de compra de ações	11	2.262	1.849				
Reserva legal		104	104				
Lucros acumulados		30.598	20.738				
Ajuste acumulado de conversão		(155)	5				
		33.330	23.217				
Participação de não controladores		1.840	533				
		35.170	23.750				
Total do passivo e patrimônio líquido		211.354	265.341				

Demonstrações do Resultado Abrangente			
Ativo	Nota	Controladora	
		2022	2021
Lucro líquido do exercício	12	42.883	37.753
Variação cambial sobre o capital investido no exterior		(4.242)	(4.419)
Ajuste de conversão		–	(67)
Total do resultado abrangente do exercício		30.391	15.644
Lucro líquido do exercício		31.829	15.812
Variação cambial sobre o capital investido no exterior		(155)	5
Ajuste de conversão		–	–
Total do resultado abrangente do exercício		31.674	15.817

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Ativo	Nota	Controladora	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		30.546	15.711
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização		601	1.139
Provisão para contingências		119	–
Equivalência patrimonial		(2.521)	(852)
Variação cambial sobre o capital investido no exterior		(155)	67
Provisão para plano de opção de compra de ações		413	704
Ajuste de conversão		–	–
		29.003	16.769
Varição em ativos e passivos operacionais			
Redução (aumento) em contas a receber		108.027	(87.798)
Redução (aumento) em impostos a recuperar		21	701
Redução (aumento) em outras contas a receber		220	5.838
(Redução) aumento em frete para remessa		(123.244)	101.738
(Redução) aumento em obrigações tributárias		(1.766)	2.433
(Redução) aumento em salários a pagar e pagamentos a efetuar		(493)	529
(Redução) aumento em alugueis a pagar		(753)	(382)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(17.988)	23.059
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Investimentos		(2.626)	(1.166)
Distribuição de lucros		911	–
Aquisição de bens do ativo imobilizado e ativos intangíveis		276	(500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.439)	(1.666)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Distribuição de lucros		(20.614)	(7.229)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(20.614)	(7.229)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		(11.038)	30.933
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		69.635	38.702
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		58.597	69.635
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		(11.038)	30.933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, num período não superior a um ano. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

2.4 Moeda funcional: A moeda funcional da Companhia é a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera. As principais fontes geradoras de caixa e despesas são originadas em R\$ (reais); dessa forma, considera-se como moeda funcional a moeda local (reais). Conforme permitido pela IAS 21 – Efeitos das variações nas taxas de câmbio, a Companhia também apresenta as demonstrações financeiras considerando tanto o real quanto o dólar como moedas de apresentação. Os seguintes procedimentos foram aplicados para apresentação em dólares: • Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado foram convertidos pela taxa de câmbio em vigor ao final de cada período apresentado nestas demonstrações financeiras; • As receitas e despesas de cada demonstração do resultado abrangente e demonstração do resultado do exercício foram convertidas pela taxa de câmbio média do período; e • Todas as diferenças de câmbio resultantes foram reconhecidas como ajuste acumulado de conversão para outros resultados abrangentes.

2.5 Principais políticas contábeis: (a) Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração: Conforme a IFRS 9/NBC TG 48, um ativo financeiro é classificado no reconhecimento inicial como: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo a IFRS 9/NBC TG 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir: Ativos financeiros ao custo amortizado – Estes ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros e os ganhos e perdas cambiais e perdas por desreconhecimento é reconhecido no resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que representam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • O instrumento de dívida é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros, e • os termos contratuais do instrumento de dívida geram, em datas específicas, fluxos de caixa que representam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros da Companhia são compostos por caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e contas a receber (Nota 10) mensurados ao custo amortizado. Conforme a IFRS 9/NBC TG 48, os passivos financeiros são classificados por ocasião do reconhecimento inicial como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e os ganhos ou perdas líquidos, incluindo juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos diretamente no resultado. Ganhos ou perdas no reconhecimento também são reconhecidos no resultado. Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por frete para remessa (Nota 10), os quais são classificados como mensu-

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/06/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Cosco Shipping Lines (Brasil) S.A.

de equivalência patrimonial após, inicialmente, serem reconhecidos pelo seu valor de custo. (g) **Ajustes a valor presente:** São ajustados a seu valor presente com base em taxa efetiva de juros os itens monetários integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo, se relevantes, e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) reajustados somente pela inflação, sem juros. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificados ajustes dessa natureza. (h) **Fornecedores:** Registrados pelo valor nominal dos títulos representativos dessas obrigações, acrescido das variações cambiais, quando aplicáveis incorridas até a data de encerramento do exercício. (i) **Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As despesas ou reversões relativas a quaisquer provisões são reconhecidas no resultado do exercício. (j) **Imposto de renda e contribuição social:** O resultado com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes, os quais são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 anuais para imposto de renda (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (CSLL), limitada a 30% do lucro tributável anual. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável para o exercício às alíquotas fiscais que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço patrimonial e quaisquer ajustes nos impostos a pagar em relação a exercícios anteriores. (k) **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. Eles incluem, quando aplicável, encargos, correção monetária e variações cambiais incorridos. (l) **Redução ao valor recuperável dos ativos ("impairment"):** Ativos são avaliados para identificar evidências de impairment anualmente ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Administração da Companhia avaliou seus ativos e verificou que não há indicadores internos ou externos de impairment. (m) **Ajustes a valor presente:** A Companhia avaliou seus ativos e passivos circulantes e não circulantes em relação aos valores a realizar no futuro, prazos de liquidação, vencimentos e possíveis taxas de desconto, e verificou que quaisquer ajustes a valor presente seriam insignificantes. Dessa forma, não houve impactos dessa natureza nas demonstrações financeiras. (n) **Reconhecimento de receita:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A receita é mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia. As receitas são mensuradas líquidas de impostos sobre vendas, devoluções, descontos e abatimentos. Em conformidade com o Pronunciamento 47 (Receita de Contratos com Clientes)/IFRS 15, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Companhia reconhece suas receitas somente quando: (i) o valor da receita puder ser mensurado de forma confiável; (ii) for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia; (iii) os custos incorridos ou a incorrer relacionados à prestação puderem ser mensurados de forma confiável. (o) **Novas normas, alterações e interpretações:** Em 2022 e 2021, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, que devem ser adotadas a partir do exercício fiscal de 2022, a Companhia está avaliando os impactos da adoção destas normas em suas demonstrações financeiras e não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras: - **Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não-circulantes:** esclarecem aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivos Circulantes ou Passivos Não-circulantes. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023. - **Melhorias Anuais às Normas IFRS 2018-2020:** alterações às normas IFRS 1, que aborda aspectos da adoção inicial em uma controladora; IFRS 9, que aborda o teste de 10% para o desreconhecimento de passivos financeiros; IFRS 16, que aborda exemplos ilustrativos de arrendamentos mercantis; e IAS 41, que aborda aspectos de mensuração a valor justo. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022. - **Alterações à IAS 16 - Imobilizado:** Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarecem aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022. - **Alterações à IAS 37 - Contratos Onerosos:** Custo de Cumprimento de Contrato - esclarecem aspectos a serem considerados para a classificação de custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022. - **Alterações à IFRS 3:** Referências à Estrutura Conceitual. Esclarecem alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual da IFRS. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022. - **Alterações à IAS 1 e Divulgação de Práticas 2 - Divulgação de Políticas Contábeis:** Esclarecem aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023. - **Alterações à IAS 8 - Definição de Estimativas Contábeis:** Esclarecem aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023. - **Alterações à IFRS 16 - Arrendamentos:** Definem o tratamento de mudanças em contratos de arrendamento mercantil que tenham relação direta com a pandemia de Covid-19. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de abril de 2021. - **Alterações à IAS 12 - Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação:** Esclarecem aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023; Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

armazenagem, acondicionamento e paletização, etiquetagem e controle de mercadorias; manutenção e limpeza de navios, barcos e caminhões utilizados em atividades de transporte fluvial, aéreo e terrestre. **Movimentação do investimento no Chile - Controladora**

Descrição	R\$	2022	2021
Saldos em 31 de dezembro de 2021			
Aporte de capital	-	-	-
Gainho em compra vantajosa	1.156	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	-
Variação cambial	-	-	-
Ajuste de conversão	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.738	

Em dezembro de 2022, a Cosco iniciou suas operações no Chile, por meio de Operação Conjunta com a Sociedade Marítima e Comercial Somarco Ltda., com 75% de participação e investimento inicial de US\$ 303 mil. A Companhia foi constituída em 6 de setembro de 1996 e seu objeto social é operar e desenvolver todos os tipos de negócios marítimos, como contratos de agenciamento ou representações de qualquer tipo de empresa dedicada ao transporte marítimo ou aéreo e, em geral, representar todos os tipos de empresas, nacionais e estrangeiras, e implementar e operar armazéns gerais e depósitos de contêineres, comprar, vender, importar, exportar, vender todos os tipos de mercadorias, por conta própria ou para terceiros, investir em todos os tipos de atividades relacionadas à propriedade, como mineração, silvicultura, agricultura, pesca, construção, financiamento, transportes e comércio, por conta própria ou alheia, e em geral, todo o tipo de atividades e celebrar todos os tipos de contratos necessários à implementação e desenvolvimento do negócio.

Descrição	R\$	2022	2021
Outras contas a receber de cliente ex-grupo	-	3.488	25.935
Despesas pagas antecipadamente - grupo	-	18.862	9.202
Total de contas a receber		46.176	154.203
Provisões de contas a pagar - a faturar	(3)	(3)	(370)
Recebimentos antecipados - grupo	1.582	(5.811)	(6.629)
Recebimentos antecipados - ex-grupo	1.156	(3.069)	(2.931)
Contas a pagar - externas	-	(429)	(53)
Frete para remessa		(9.312)	(9.983)
Outras contas a pagar ex-grupo	-	(7.893)	(35.514)
Outras contas a pagar		(7.893)	(35.514)
Outras contas a pagar - Cosco	-	(60.945)	(155.897)
Total de contas a pagar - Cosco		(60.945)	(155.897)
Total de frete para remessa		(78.150)	(201.394)

5. Imobilizado

Descrição	Vida útil (anos)	Controladora			
		2022	Adições	Baixas	2021
Custo		665	-	-	665
Depreciação	-	(595)	(11)	-	(606)
Veículos	5,7	70	(11)	-	59
Custo	-	222	8	-	230
Depreciação	-	(125)	(17)	-	(142)
Fábrica - máquinas, instalações e equipamentos	12,3	97	(9)	-	88
Custo	-	896	136	-	1.032
Depreciação	-	(402)	(65)	-	(467)
Computadores e equipamentos associados	6,25	494	71	-	565
Custo	-	238	39	-	277
Depreciação	-	(165)	(13)	-	(178)
Móveis e utensílios	15	73	26	-	99
Custo	-	942	-	-	942
Depreciação	-	(494)	(28)	-	(522)
Bens patrimoniais	25	448	(28)	-	420
Custo	-	735	-	-	735
Depreciação	-	(452)	(159)	-	(611)
Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	25	283	(159)	-	124
Custo	-	2.525	261	-	2.786
Depreciação	-	(1.334)	(701)	-	(2.035)
Direitos de uso de ativo imobilizado do escritório (arrendamento/aluguel)	4	1.191	(440)	-	751
Total		2.656	(550)	-	2.106

6. Ativos intangíveis

Descrição	Vida útil (anos)	Controladora			
		2022	Adições	Baixas	2021
Custo		1.320	56	-	1.376
Amortização	-	(546)	(145)	-	(691)
Software	10	774	(89)	-	685
Total		1.320	(89)	-	1.231

Descrição	R\$	2022	2021
Contas a receber não liquidadas	-	56.590	155.705
Contas a receber estimadas	-	591	(70)
Contas a receber externas	-	261	1.137
Contas a receber internas	-	3.719	8.910
Temp a receber	-	(31.708)	(12.255)
Comissão estimada a receber - grupo	-	(3)	9
Provisões de contas a receber - a faturar	-	(587)	61
Outras contas a receber internas	-	23.302	12.198
Outros fundos de grupo	-	(41.459)	(36.657)
Outras contas a receber de cliente ex-grupo	-	46.349	25.935
Despesas pagas antecipadamente - grupo	-	35.843	9.202
Total de contas a receber		82.898	164.175
Provisões de contas a pagar - a faturar	-	60	(370)
Recebimentos antecipados - grupo	-	(16.757)	(26.202)
Recebimentos antecipados - ex-grupo	-	(17.579)	(9.486)
Contas a pagar - externas	-	(2.801)	(1.492)
Frete para remessa		(37.077)	(37.550)
Outras contas a pagar		(13.778)	(35.514)
Outras contas a pagar - Cosco	-	(107.684)	(155.899)
Contas a pagar - Cosco		(107.684)	(155.899)
Total de frete para remessa		(158.539)	(228.963)

7. Obrigações tributárias

Descrição	Vida útil (anos)	Controladora			
		2022	Adições	Baixas	2021
Custo		1.320	56	-	1.376
Amortização	-	(546)	(145)	-	(691)
Software	10	774	(89)	-	685
Total		1.320	(89)	-	1.231

8. Provisão para contingências - A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal dos negócios relacionados a processos tributários e cíveis. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Cosco constituiu provisão em montante suficiente para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento cujas chances de perda são consideradas prováveis:

Natureza da contingência	R\$	2022	2021
Fiscal	-	361	242
Total		361	242

Descrição	R\$	2022	2021
Contas a receber não liquidadas	-	56.590	155.705
Contas a receber estimadas	-	591	(70)
Contas a receber externas	-	261	1.137
Contas a receber internas	-	3.719	8.910
Temp a receber	-	(31.708)	(12.255)
Comissão estimada a receber - grupo	-	(3)	9
Provisões de contas a receber - a faturar	-	(587)	61
Outras contas a receber internas	-	23.302	12.198
Outros fundos de grupo	-	(41.459)	(36.657)
Outras contas a receber de cliente ex-grupo	-	46.349	25.935
Despesas pagas antecipadamente - grupo	-	35.843	9.202
Total de contas a receber		82.898	164.175
Provisões de contas a pagar - a faturar	-	60	(370)
Recebimentos antecipados - grupo	-	(16.757)	(26.202)
Recebimentos antecipados - ex-grupo	-	(17.579)	(9.486)
Contas a pagar - externas	-	(2.801)	(1.492)
Frete para remessa		(37.077)	(37.550)
Outras contas a pagar		(13.778)	(35.514)
Outras contas a pagar - Cosco	-	(107.684)	(155.899)
Contas a pagar - Cosco		(107.684)	(155.899)
Total de frete para remessa		(158.539)	(228.963)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	R\$	2022	2021
Bancos	-	58.597	69.635
Total		58.597	69.635

9. Imposto de renda e contribuição social correntes - A reconciliação entre a despesa tributária calculada pelas alíquotas legais combinadas e a despesa de imposto de renda e contribuição social lançada sobre o lucro líquido está apresentada a seguir:

Descrição	R\$	2022	2021
Lucro líquido do exercício	-	50.161	26.686
Dedução de imposto de renda e contribuição social	-	7.602	5.664
Lucro presumido		57.763	32.350
Despesa de contribuição social à alíquota nominal (9%)	-	(5.200)	(2.912)
Despesa de imposto de renda à alíquota estatutária (15%)	-	(8.664)	(4.853)
Despesa de imposto de renda à alíquota estatutária (10%) - adicional	-	(5.752)	(3.210)
Total do resultado corrente de IRPJ e CSLL		(19.616)	(10.975)

Descrição	R\$	2022	2021
Contas a receber não liquidadas	-	56.590	155.705
Contas a receber estimadas	-	591	(70)
Contas a receber externas	-	261	1.137
Contas a receber internas	-	3.719	8.910
Temp a receber	-	(31.708)	(12.255)
Comissão estimada a receber - grupo	-	(3)	9
Provisões de contas a receber - a faturar	-	(587)	61
Outras contas a receber internas	-	23.302	12.198
Outros fundos de grupo	-	(41.459)	(36.657)
Outras contas a receber de cliente ex-grupo	-	46.349	25.935
Despesas pagas antecipadamente - grupo	-	35.843	9.202
Total de contas a receber		82.898	164.175
Provisões de contas a pagar - a faturar	-	60	(370)
Recebimentos antecipados - grupo	-	(16.757)	(26.202)
Recebimentos antecipados - ex-grupo	-	(17.579)	(9.486)
Contas a pagar - externas	-	(2.801)	(1.492)
Frete para remessa		(37.077)	(37.550)
Outras contas a pagar		(13.778)	(35.514)
Outras contas a pagar - Cosco	-	(107.684)	(155.899)
Contas a pagar - Cosco		(107.684)	(155.899)
Total de frete para remessa		(158.539)	(228.963)

4. Investimentos

Descrição	R\$	2022	2021
Cosco Shipping Lines Colombia S.A.S	-	2.013	1.514
Cosco Shipping Lines Equador	-	2.165	1.243
Cosco Shipping Lines Chile	-	2.738	-
Total		6.916	2.757

10. Armador

Descrição	R\$	2022	2021
Contas a receber não liquidadas	-	56.582	155.705
Contas a receber estimadas	-	241	(70)
Contas a receber externas	-	4	69
Contas a receber internas	-	-	6
Temp a receber	-	(17.588)	(12.225)
Comissão estimada a receber - grupo	-	(24)	9
Provisões de contas a receber - a faturar	-	(217)	61
Outras contas a receber internas	-	12.233	12.198
Outros fundos de grupo	-	(27.406)	(36.657)

Descrição	R\$	2022	2021
Contas a receber não liquidadas	-	56.590	155.705
Contas a receber estimadas	-	591	(70)
Contas a receber externas	-	261	1.137
Contas a receber internas	-	3.719	8.910
Temp a receber	-	(31.708)	(12.255)
Comissão estimada a receber - grupo	-	(3)	9
Provisões de contas a receber - a faturar	-	(587)	61
Outras contas a receber internas	-	23.302	12.198
Outros fundos de grupo	-	(41.459)	(36.657)
Outras contas a receber de cliente ex-grupo	-	46.349	25.935
Despesas pagas antecipadamente - grupo	-	35.843	9.202
Total de contas a receber		82.898	164.175
Provisões de contas a pagar - a faturar	-	60	(370)
Recebimentos antecipados - grupo	-	(16.757)	(26.202)
Recebimentos antecipados - ex-grupo	-	(17.579)	(9.486)
Contas a pagar - externas	-	(2.801)	(1.492)
Frete para remessa		(37.077)	(37.550)
Outras contas a pagar		(13.778)	(35.514)
Outras contas a pagar - Cosco	-	(107.684)	(155.899)

... continuação		Cosco Shipping Lines (Brasil) S.A.		Consolidado		Consolidado				
Descrição	2022	2021	Descrição	2022	2021	2022	2021			
Entretenimento – deduções/negócios	(510)	(240)	Perda cambial	(146.153)	(75.041)	(155.670)	(84.477)			
Administração – publicidade	(277)	(84)								
Materiais de escritório	(85)	(52)	Receitas financeiras							
Taxa de associação	(414)	(299)	Receita financeira-Instituição financeira	388	121					
Telefone – voz (local)	(270)	(140)	Receita financeira – Atualização monetária	(73)	4					
Segurança	(66)	(47)	Ganho cambial	196.765	105.205					
Auditoria	(193)	(78)		197.080	105.330					
Prestadores de serviços	(809)	(588)	Resultado financeiro líquido	41.410	20.853					
Água e energia elétrica	(97)	(64)	15. Gestão de riscos – A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros, que são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os instrumentos financeiros para fins de proteção são contratados com base em uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende reduzir. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas em relação às condições vigentes no mercado. A Companhia não faz investimentos especulativos em derivativos ou em quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros nas demonstrações financeiras foram determinados de acordo com os critérios e políticas contábeis divulgados em notas explicativas específicas. A Companhia está exposta aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco cambial: A Companhia mantém operações denominadas em moedas estrangeiras que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os saldos. A Companhia monitora as variações ocorridas, mas não utiliza instrumentos financeiros de proteção cambial. Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em prejuízos como resultado da inadimplência de seus clientes. A seletividade de seus clientes, bem como o acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas e dos limites de posições individuais, são procedimentos adotados para minimizar problemas de inadimplência de seus recebíveis. Risco de taxa de juros: Surge da possibilidade de a Companhia incorrer em ganhos ou perdas devido a flutuações nas taxas de juros aplicadas aos seus ativos e passivos financeiros. Para diminuir esses riscos, a Companhia tem contratos para proteger os ativos e passivos financeiros por meio da aplicação de taxas pré-fixadas. Risco de liquidez: Este risco decorre da possibilidade de redução dos montantes destinados ao pagamento de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras de curto prazo passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir possíveis descasamentos entre a data de vencimento de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. Risco operacional: É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões corporativos de comportamento geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade. A principal responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para o gerenciamento de riscos operacionais nas seguintes áreas: - exigências para adequada segregação de funções, incluindo autorização independente de transações; - exigências para reconciliação e monitoramento de transações; - cumprimento de exigências regulatórias e legais; - documentação de controles e procedimentos; - exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e ajuste de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; - exigências para relatar prejuízos operacionais e ações corretivas propostas; - desenvolvimento de planos de contingência; - treinamento e desenvolvimento profissional; - padrões éticos e comerciais; - mitigação de risco, incluindo seguro, quando em vigor.							
Despesas de correio e courier	(45)	(38)								
Depreciação	(527)	(493)								
Amortização	(198)	(145)								
Outros alugueis	(1.910)	(242)								
Outras	(124)	(497)								
	(57.080)	(32.086)								
14. Resultado financeiro										
Descrição	2022	2021								
Despesas financeiras										
Despesa tributária-Imposto bancário	(8.757)	(9.328)								
Despesa financeira-Despesa com juros-passivo de arrendamento	(10)	(54)								
Perda cambial	(73.202)	(75.041)								
	(81.969)	(84.423)								
Receitas financeiras										
Receita financeira-Instituição financeira	387	118								
Receita financeira – Atualização monetária	(73)	4								
Ganho cambial	122.347	105.205								
	122.661	105.327								
Resultado financeiro líquido	40.692	20.904								
Descrição	2022	2021								
Despesas financeiras										
Despesa tributária-Imposto bancário	(9.463)	(9.330)								
Despesa financeira-Despesa com juros-passivo de arrendamento	(54)	(106)								

Zheng Li – Diretor
Nara Bueno Nunes da Silva – Contadora CRC/SP 1SP 167.448/O-6

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores
Cosco Shipping Lines (Brasil) S.A. – São Paulo-SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cosco Shipping Lines (Brasil) S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as respectivas notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cosco Shipping Lines (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício anterior: As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós nem por outros auditores independentes. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, separadamente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria

para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 10 de junho de 2023.
Crowe Macro Auditores Independentes – CRC – 2SP 031.004/O-6
Diego Del Mastro Monteiro – Contador – CRC – 1SP 302.957/O-3
Sérgio Ricardo de Oliveira – Contador – CRC – 1SP 186.070/O-8

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/06/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

BCLV Comércio de Veículos S.A.

valor recuperável do ativo imobilizado: A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. **c) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário:** A Companhia e sua controlada não têm condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. Ainda que a definição da taxa incremental seja impactada pelo aspecto de que não ocorrerá a efetivação do empréstimo, a Companhia fez uso de cotações de referência para nortear seus valores. A taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental sobre o empréstimo. A adoção do CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada por um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. **d) Provisão para contingências:** A Companhia e sua controlada classificam o risco de perda nos processos legais como "remotos", "possíveis" ou "prováveis". A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, é realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia e de sua controlada.

7. Gestão de risco financeiro – 7.1 Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia e sua controlada revisam dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar o valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preço); **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **a) Risco de crédito: Exposição a riscos de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A Companhia e sua controlada não têm histórico de perdas relevantes de atraso ou falta de pagamento dos seus clientes. **(f) Impairment de ativos financeiros:** Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: **Contas a receber de clientes e outros recebíveis** • Demais ativos financeiros mensurados ao custo amortizado Caixa e equivalentes de caixa e depósitos judiciais também estão sujeitos às exigências de impairment do CPC 48, porém não identificamos perda por impairment nesses ativos. **b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e sua controlada irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidadas com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A diretoria tem como objetivo buscar liquidez suficiente para o cumprimento das obrigações da Companhia em seu vencimento, por meio da geração de lucros operacionais e otimização da estrutura de capital da Companhia. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelos departamentos de Finanças e Controladoria. Esses departamentos, em conjunto, monitoram as exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades e compromissos assumidos. Essa previsão leva em consideração as necessidades operacionais, todos os planos de financiamento e investimento da Companhia, além de manter espaço livre suficiente em suas linhas de crédito comprometidas. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **c) Risco de mercado:** Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Companhia e de sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros. **i) Risco de taxa de juros:** Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e sua controlada vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI- Certificado de Depósito Interbancário. **7.2 Classificação dos instrumentos financeiros:** A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: **Mensurados ao valor justo** (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). **Mensurados ao custo amortizado.** A classificação depende do modelo de negócio para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia e sua controlada classificam os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: **Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado.** **Investimentos patrimoniais mantidos para negociação;** e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia e sua controlada reclassificam os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. **7.2.1. Reconhecimento e desreconhecimento:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e sua controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **7.2.2. Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada mensuram um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia e sua controlada classificam seus títulos de dívida de acordo com as categorias de mensuração a seguir: **Custo amortizado** – os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **Valor justo por meio do resultado** – os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **7.2.3. Impairment:** A Companhia e sua controlada avaliam, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia e sua controlada aplicam a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhecem, quando material, as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **7.2.4. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

8. Resumo das políticas contábeis significativas – A Companhia e sua controlada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Receita operacional:** As receitas operacionais da Companhia e sua controlada são oriundas das vendas de veículos novos e usados, peças e acessórios e serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores. Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. **(i) Venda de mercadorias:** A receita operacional da venda de mercadorias (veículos novos e usados, peças/acessórios) no curso normal das atividades

é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e sua controlada, (iii) os custos associados a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais, bonificações e impostos sobre vendas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais da modalidade da venda, mas normalmente coincide com o momento da retirada da mercadoria vendida. **(ii) Bônus:** O bônus recebido das montadoras pela Companhia e sua controlada é reconhecido quando já é certo que o seu recebimento ocorrerá e quando o valor pode ser mensurado com confiabilidade. **(iii) Serviços:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por ordens de serviços referentes a trabalhos realizados. **b. Benefícios a empregados: (i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **c. Imposto de Renda e Contribuição Social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social do período representa a soma dos tributos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço e geram lucro tributável. A diretoria avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável da margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no ativo quando houver montantes antecipadamente pagos que excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há direito e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. **d. Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis que não excedem o valor realizável líquido, sendo as peças valorizadas pelo critério do custo médio ponderado e os veículos pelo custo de aquisição. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **e. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **(iii) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Anos	2022	2021
Edificações	60 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Instalações	5 – 10 anos	5 anos
Benefícios	5 anos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **f. Ativos intangíveis: (i) Software:** As licenças de programas de computador ("softwares") e de sistemas de gestão empresarial adquiridas foram capitalizadas nos custos e os gastos associados à manutenção dessas são reconhecidos como despesas quando incorridos. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de cinco anos para os ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. **(ii) Direitos de concessão:** Os direitos de concessão possuídos pela Companhia e sua controlada são direitos de comercializar determinadas marcas adquiridas de outros concessionários, que por sua vez tem prazo indeterminado. Os direitos de concessão são por prazo indeterminado, sendo seu término condicionado à venda dos mesmos para outra Companhia. **g. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluindo na mesma classe de obrigação seja pequena. O aumento da obrigação é reconhecido no resultado do período, como despesas operacionais, exceto quando ocorrer pela passagem do tempo, cujo reconhecimento é efetuado no resultado do período, como "Despesas financeiras". **h. Arrendamentos:** A Companhia e sua controlada atuam como arrendatárias em contratos principalmente relacionados a máquinas e equipamentos, computadores e periféricos e imóveis (alugueis das concessionárias e salas comerciais da sede administrativa). Desde o ano de 2019 a Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2) no balanço patrimonial como direito de uso e passivos de arrendamento. Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remunerações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear com uma despesa no resultado. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. **i. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, com direitos de concessão, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto os direitos de concessão, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de veículo reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **1. Floor Plan:** As compras de veículos novos no segmento de concessionárias são realizadas predominantemente pelo uso do programa de financiamento de estoque de veículos novos denominado "floor plan", com concessão de crédito rotativo cedido por instituições financeiras e com a anuidade das montadoras. Os programas utilizados pelo Grupo possuem um período inicial isento de qualquer ônus até a emissão da nota fiscal de venda do veículo, que varia entre 30 e 60 dias, com incidência de juros de 100% do CDI mais 1 a 1,5% ao mês, após o período de carência. O Grupo reconhece todos os impactos floor plan nas demonstrações de fluxos de caixa como uma atividade operacional, tendo em vista que os montantes dos juros anuais e os saldos em aberto nas datas-base para as operações que extrapolam o período de carência não são relevantes (Nota 19). **9. Mudanças nas políticas contábeis:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: **Alteração ao CPC 27 "Ativo Imobilizado":** a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. **Alteração ao CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. **Alteração ao CPC 15 "Combinação de Negócios":** substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:** (i) CPC 48 – "Instrumentos Financeiros" – esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) CPC 06 – "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos

do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) CP 29 – "Ativos Biológicos" – remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo.

10. Caixa e equivalentes de caixa/Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e saldo bancário	1.966	1.194	2.089	1.370
Aplicações financeiras	11.898	-	11.898	-
	13.864	1.194	13.987	1.370

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia e sua controlada, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

(b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aplicações financeiras (i)	2.250	2.003	2.250	2.003
Fundo de aplicação (montadoras) (ii)	2.072	3.018	2.072	3.018
	4.322	5.021	4.322	5.021

(i) aplicação financeira vinculada a empréstimo bancário; (ii) hold back pago à BMW Serviços Financeiros; trata-se de percentual pago à montadora além do custo de aquisição do veículo, cujo montante é dirigido para um fundo de aplicação administrado pela montadora e devolvido trimestralmente com correção à Companhia.

11. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2021	2021
Duplicatas/garantias a receber	12.723	7.214	13.344	8.018
Cartões a receber	3.139	2.331	3.461	2.475
Outros créditos	7	298	7	298
(+) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(533)	(533)	(533)	(533)
	15.336	9.310	16.279	10.258

A Companhia e sua controlada, em 31 de dezembro de 2022 não tinham nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente. A despesa com a constituição dessa provisão é registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotadas os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título. A diretoria acredita que nenhuma provisão além da já constituída será necessária com relação a contas a receber não vencido. A composição por vencimento dos recebíveis na data das demonstrações financeiras era a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	9.191	7.172	9.745	7.451
De 1 a 30 dias	5.006	1.431	5.379	1.649
De 31 a 60 dias	380	208	382	230
De 61 a 90 dias	334	70	348	70
De 91 a 180 dias	74	293	74	722
Acima de 181 dias	884	669	884	669
	15.869	9.843	16.812	10.791
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(533)	(533)	(533)	(533)
	15.336	9.310	16.279	10.258

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial da provisão para perdas em 1o de janeiro	533	738
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	-	(205)
Saldo final da provisão para perdas em 31 de dezembro	533	533

12. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Veículos novos	29.415	22.288	38.494	23.115
Veículos usados	2.075	5.327	2.075	5.737
Motos novas	3.723	1.406	3.723	1.406
Motos usadas	1.240	83	1.240	83
Peças e acessórios	7.022	7.592	8.115	8.529
(-) Provisão para perda	(1.595)	(1.595)	(1.595)	(1.595)
	41.880	35.101	52.052	37.275

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição para as peças e acessórios e o custo de aquisição específico de cada item para os veículos e motos; e não excedem ao valor de realização. O valor reconhecido como provisão para perda no estoque da Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de R\$ 1.595 (idêntico em 2021). A diretoria acredita que nenhuma provisão além da já constituída será necessária com relação às peças obsoletas.

13. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ICMS a recuperar	3.170	3.718	3.492	3.892
Impostos e contribuições retidos	507	203	572	269
IRPJ/Contribuição Social a recuperar	209	177	248	177
IPVA a recuperar	-	22	-	22
	3.886	4.120	4.312	4.360
Circulante	1.571	4.120	1.896	4.360
Non circulante	2.315	-	2.416	-

O saldo de ICMS a recuperar trata-se de saldo credor das filiais do Distrito Federal (filiais incorporadas da extinta VSTM Comércio de Veículos S.A.) referente ao ressarcimento de ICMS-ST disposto na Instrução Normativa nº 16/2019, que será utilizado mensalmente nas apurações para redução do imposto a pagar.

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado

	Ativo		Resultado	
	2022	2021	2022	2021
Controladora				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízo fiscal a compensar	10.392	9.736	656	6.020
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	181	181	-	70
Provisão para valor não realizável nos estoques	543	543	-	-
Ativos de direito de uso/Passivos de arrendamento	(172)	109	(281)	(303)
Provisão para contingências	558	543	15	321
Total	11.502	11.112	390	6.108

	Ativo		Resultado	
	2022	2021	2022	2021
Consolidado				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízo fiscal a compensar	11.431	9.736	1.695	6.020
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	183	181	-	(70)
Provisão para valor não realizável nos estoques	543	543	-	-
Ativos de direito de uso/Passivos de arrendamento	(152)	172	(324)	(930)
Provisão para contingências	558	543	15	321
Total	12.561	11.175	1.386	5.341

A diretoria da Companhia reconhece os impostos de renda e contribuição social diferidos com base na expectativa de lucro tributável futuro e movimentações das diferenças temporárias para os próximos três anos, sendo os tributos diferidos ativos constituídos somente quando é provável sua utilização no futuro. No decorrer do exercício de 2022, a Companhia compensou 30% do lucro tributável com prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de períodos anteriores no montante de R\$ 4.359. Ademais, foram reconhecidos no resultado de 31 de dezembro de 2022, R\$ 5.014 de créditos tributários diferidos ainda não reconhecidos anteriormente. A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos sobre Prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição social, indicada pelas projeções de resultado tributável, aprovadas pela diretoria, é conforme demonstrada a seguir:

Exercício

	2023	2024	2025
2023			3.729
2024			3.311
2025			3.352
			10.392

Adicionalmente, a Companhia ainda tem o montante de R\$ 12.626 (R\$ 17.676 – 2021) de créditos tributários diferidos não registrados, que não tem prazo de validade para utilização de acordo com a legislação tributária vigente. **Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes (a pagar) são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo, quando aplicável, os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente. O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

... continuação

BCLV Comércio de Veículos S.A.

15. Investimentos – (a) Movimentação dos investimentos – BMMOT Comércio de Veículos Ltda.

	Controladora		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	5.850	1.850	(180)	–
Aumento de capital social de controlada (Nota 2)	1.410	–	(2.964)	–
Participação nos resultados de controlada	(1.435)	848	–	6.116
Ajuste diluição participação societária	(412)	–	–	–
			5.233	5.850

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras em controladas:

	Participação (%)	Ativos circulantes		Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Ativo Líquido Total	Participação no Ativo Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
		Ativos não circulantes	Ativos circulantes										
31 de dezembro de 2022													
BMMOT Comércio de Veículos Ltda.	62,28	15.148	25.201	40.349	27.527	4.420	31.947	8.402	–	5.233	57.243	(59.546)	(2.303)
		15.148	25.201	40.349	27.527	4.420	31.947	8.402	–	5.233	57.243	(59.546)	(2.303)
31 de dezembro de 2021													
BMMOT Comércio de Veículos Ltda.	92,50	3.627	17.021	20.648	13.384	1.104	14.488	6.160	164	5.850	37.741	(35.202)	2.539
		3.627	17.021	20.648	13.384	1.104	14.488	6.160	164	5.850	37.741	(35.202)	2.539

16. Imobilizado

	Participação (%)	Ativos circulantes		Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Ativo Líquido Total	Participação no Ativo Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
		Ativos não circulantes	Ativos circulantes										
31 de dezembro de 2022													
BMMOT Comércio de Veículos Ltda.	92,50	3.627	17.021	20.648	13.384	1.104	14.488	6.160	164	5.850	37.741	(35.202)	2.539
		3.627	17.021	20.648	13.384	1.104	14.488	6.160	164	5.850	37.741	(35.202)	2.539

17. Intangível

	Participação (%)	Ativos circulantes		Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Ativo Líquido Total	Participação no Ativo Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
		Ativos não circulantes	Ativos circulantes										
31 de dezembro de 2022													
BMMOT Comércio de Veículos Ltda.	92,50	3.627	17.021	20.648	13.384	1.104	14.488	6.160	164	5.850	37.741	(35.202)	2.539
		3.627	17.021	20.648	13.384	1.104	14.488	6.160	164	5.850	37.741	(35.202)	2.539

18. Ativos de direito de uso e Passivos de arrendamento

(a) Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso:

	Controladora		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Saldo contábil em 1º de janeiro	22.552	14.619	1.698	–
Adições	1.698	–	–	–
Baixas	(3.232)	(7.333)	–	–
Ajustes de remensuração	–	749	–	–
Incorporação – Nota 3	–	–	–	–
Amortização	(3.893)	(2.483)	–	–
Saldo líquido em 31 de dezembro	17.125	22.552	17.125	22.552

(b) Composição e movimentação sumária dos passivos arrendados:

	Controladora		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	20.991	15.081	1.698	–
Adições	1.698	–	–	–
Baixas	(3.232)	(7.333)	–	–
Ajustes de remensuração	–	749	–	–
Incorporação – Nota 3	–	–	–	–
Pagamento de juros de arrendamento	(4.595)	(2.526)	–	–
Juros provisionados de arrendamento	(446)	(562)	–	–
Saldo líquido em 31 de dezembro	14.938	20.991	14.938	20.991

19. Fornecedores e outras obrigações

	Controladora		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores de veículos	16.902	8.415	16.939	1.200
Fornecedores de veículos – floor plan (i)	23.927	12.399	26.789	19.614
Fornecedores de peças	5.575	7.552	6.747	8.174
Fornecedores diversos	4.109	3.257	4.895	3.539
	50.513	31.623	55.370	32.527

(i) Referem-se a financiamentos contraiados em razão do programa de financiamento de estoques de veículos novos importados, com cessação de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (floor plan). Em 31 de dezembro de 2022, os montantes de R\$ 14.035 (2021 – R\$ 5.448), Controladora, e R\$ 16.483 (2021 – R\$ 5.448), Consolidado, referem a operações que já extrapolaram o período de carência, para os quais há a incidência de juros. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, os valores de juros decorrentes dessas operações foram R\$ 708 (2021 – R\$ 136), na Controladora, e R\$ 381 (2021 – R\$793) no Consolidado.

20. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	xador	Encargos	Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
					2022	2021	2022	2021
Conta garantida	R\$	CDI	18,17% a.a.	2023	–	4.588	12.172	5.463
Cédula de Crédito Bancário	R\$	CDI	18,19% a.a.	2024 – 2025	25.987	36.288	28.727	36.288
Cédula de Crédito Bancário	R\$	–	5,89% a.a.	2023 – 2024	–	2.112	–	2.606
Empréstimos entre partes relacionadas (i)	R\$	CDI	15,43% a.a.	2026	–	–	3.635	5.329
Empréstimos entre partes relacionadas (i)	R\$	–	7,44% a.a.	2026	11.564	13.086	11.564	14.695
					37.551	56.074	56.098	64.381

21. Partes relacionadas – a. Controladora: Em 31 de dezembro de 2022, 63% (62,69% em 31 de dezembro de 2021) das ações da Companhia pertencem a Henry Visconde, que detém o controle da Companhia. Na incorporação da VSTM, seus acionistas minoritários receberam ações da Companhia (incorporadora) em substituição às ações detidas na incorporada, as quais foram integralizadas mediante versão proporcional do patrimônio da incorporada para a incorporadora. **b. Operações com o pessoal-chave da diretoria: Remuneração do pessoal-chave da diretoria:** Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de sua controlada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. Em 2022, a remuneração do pessoal-chave da diretoria, que contempla a direção da Companhia e sua controlada totalizou R\$ 4.224 (R\$ 3.895 em 31 de dezembro de 2021). **Outras transações com partes relacionadas:** As principais transações conduzidas com partes relacionadas e saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, relativas a essas operações, são apresentadas a seguir:

(b.1) Venda de mercadorias e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Venda de peças	–	–	–	–
Coligadas	–	–	–	–
Pessoal-chave da diretoria	–	–	–	–
Pessoal-chave da diretoria – coligadas	–	–	–	–
Venda de veículos				
Coligadas (i)	–	–	–	–
Pessoal-chave da diretoria (ii)	–	–	–	–
Pessoal-chave da diretoria – coligadas (i)	–	–	–	–
Venda de serviços (mão de obra e peças)				
Coligadas	–	–	–	–
Pessoal-chave da diretoria	–	–	–	–
Pessoal-chave da diretoria – coligadas	–	–	–	–
Outros serviços				
Coligadas	–	–	–	–
Pessoal-chave da diretoria	–	–	–	–
Pessoal-chave da diretoria – coligadas	–	–	–	–
			17.070	1.308

continua ...



... continuação

BCLV Comércio de Veículos S.A.

(i) Venda de veículos usados para a coligada 2H2F COMERCIO DE VEICULOS S/A e seus acionistas; (ii) Venda de veículos novos e usados para acionistas e diretores da Companhia. Após a incorporação da VSTM houve aumento no quadro societário da Companhia, bem como da composição da diretoria executiva.

(b.2) Compra de mercadorias e serviços

	Consolidado	
	2022	2021
Compra de veículos	733	-
Coligadas	651	260
Pessoal-chave da diretoria	6	12
Compra de serviços (mão de obra e peças)	19	-
Coligadas	546	362
Pessoal-chave da diretoria	272	2.092
Outros serviços (sublocação de imóveis)	2.227	2.726

(b.3) Saldos decorrentes das vendas/compras de mercadorias e serviços

	2022		2021	
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 11)	476	33	592	238
Coligadas	497	23	576	33
Pessoal-chave da diretoria	572	338	497	23
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 19)	-	-	-	-
Pessoal-chave da diretoria	-	186	-	186

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de venda de mercadorias/serviços e reembolso/compartilhamento de despesas; e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a partes relacionadas em 31 de dezembro 2021 são referentes a aluguel de imóveis de partes relacionadas e não há saldos em 31 de dezembro de 2022.

(b.4) Empréstimos entre partes relacionadas

	Consolidado	
	2022	2021
Empréstimos com pessoal-chave da diretoria e seus familiares	20.024	27.976
Em 1º de janeiro	3.600	6.150
Empréstimos efetuados durante o exercício	(9.100)	(17.470)
Amortização de empréstimo recebida	1.474	4.008
Juros cobrados	(799)	(640)
Juros recebidos	15.199	20.024

22. Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamentos de clientes de veículos	5.701	4.406	7.497	4.416
Adiantamentos de clientes de pós-vendas/diversos	522	2.540	610	2.668
	6.223	6.946	8.107	7.084

23. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisão de férias e 13º salário	2.233	2.138	2.658	2.481
Salários e encargos sociais	1.819	1.584	2.208	1.812
	4.052	3.722	4.866	4.293

24. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ICMS a recolher	539	445	825	675
Impostos e contribuições retidos	592	509	715	590
Pis/Cofins a recolher	502	159	529	186
ISS a recolher	66	81	91	137
IPPI a recolher	10	-	10	-
	1.709	1.194	2.170	1.588

No passivo não circulante, o saldo de R\$ 84 em "Tributos a recolher", em 2021, trata-se de parcelamento de ICMS referente a autos de infração sofridos pela BVAC Comércio de Veículos Ltda., empresa incorporada pela Companhia em outubro de 2015.

25. Provisão para contingências – A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários, discutidos na esfera judicial, para os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela diretoria, amparada por seus assessores legais externos. O valor reconhecido como provisão para contingências da Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.641 (R\$ 1.596 em 2021).

Segue composição das provisões

	2022		2021	
Ações de indenização (i)	994	853	-	-
Trabalhistas (ii)	647	453	-	-
Outros	-	290	-	-
	1.641	1.596		

(iii) As ações de indenização referem-se a processos movidos por clientes devido a problemas em veículos revendidos ou serviços prestados pela Companhia; (iv) A provisão trabalhista refere-se a ações movidas por ex-funcionários da Companhia. Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 21.040 (R\$ 23.582 em 31 de dezembro de 2021) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Tributárias 15.062 19.621
Ações de indenização 5.266 3.762
Trabalhistas 712 199
21.040 23.582

As ações tributárias referem-se à Execução Fiscal ajuizada pelo Estado de São Paulo, visando à cobrança de complementação de ICMS/ST oriundo de auto de infração inscrito em dívida ativa.

26. Patrimônio líquido – a. Capital social: O capital social autorizado subscrito e integralizado está representado por 249.433.768 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2021), no valor de R\$ 0,1548 cada (idêntico em 31 de dezembro de 2021), pertencentes aos seguintes acionistas:

	2022		2021	
	Participação (%)		Participação (%)	
Henry Visconde	63,00	62,69	63,00	62,69
Sergio Sebba	16,41	16,41	16,41	16,41
Illan Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.	10,83	10,39	10,83	10,39

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
BCLV Comércio de Veículos S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da BCLV Comércio de Veículos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da BCLV Comércio de Veículos S.A. e sua controlada ("Consolidado" ou "Grupo"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCLV Comércio de Veículos S.A. e da BCLV Comércio de Veículos S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 13 de junho de 2023.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/O-5

Marcos Franco Botelho
Contador
CRC 1SP 249.995/O-8

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/06/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Focus Holding Financeira S/A

CNPJ nº 35.515.066/0001-07 – NIRE 35.300.592.379

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de maio de 2023

1. Data, Hora e Local: Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de maio de 2023, às 09:00 horas, em sua sede social, na cidade de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, 9º andar, conjunto 91, sala 02, Continental Tower, Cidade Jardim, CEP 05676-120. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação do Edital de Convocação, em conformidade com os dispostos nos artigos 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença da totalidade dos Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Leonardo Soares Grapeia, Presidente e Marcia Pacianotto Ribeiro, Secretária. **4. Ordem do Dia: Ordinária:** (a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir, e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2022 e (b) Deliberar acerca da destinação do resultado do exercício social findo em 31.12.2022. **5. Deliberações Ordinárias:** Os acionistas, por maioria absoluta de votos e sem reservas, aprovam: (i) o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social findo em 31/12/2022 devidamente publicadas, nos termos dos arts. 176 e 289 da Lei das S.A., no jornal "Valor Econômico", na edição física do dia 25 de maio de 2023, nas páginas 07, 08 e 09 e no sítio eletrônico do Jornal "Data Mercantil" (www.datamercantil.com.br/publicidade_legal). As cópias dos referidos documentos encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia; e (ii) a destinação dos prejuízos do exercício no montante de R\$44.912.758,45 (quarenta e quatro milhões e novecentos e doze mil e setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) integralmente à conta de Prejuízos Acumulados. **6. Encerramento:** Nada mais havendo tratar, foi lavrada a presente ata na forma de sumário, que foi por todos os presentes lida, aprovada e assinada, ficando autorizada a sua publicação com omissão das assinaturas dos presentes (artigo 130, § 2º, da Lei nº 6.404/76). São Paulo, 26 de maio de 2023. **Leonardo Soares Grapeia** – Presidente da Mesa; **Marcia Pacianotto Ribeiro** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 238.761/23-0 em 14/06/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Refuá Participações S.A.

CNPJ nº 30.638.051/0001-04 – NIRE 35.300.518.578

Edital de Convocação de 2ª Chamada - AGE em 26/06/2023 às 14hs

Uma vez que a Assembleia Geral Extraordinária da Refuá Participações S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.313, 4º andar, Conjunto 41, Anexo: Parte, Bairro Bela Vista, CEP 01311-934, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 30.638.051/0001-04 ("Companhia"), convocada para 19/06/2023, não foi instalada em razão de ausência de quórum para sua instalação, ficam convocados os Srs. acionistas da Companhia, para reunir-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 26/06/2023, às 14hs horas, de modo parcialmente digital, conforme orientações abaixo, sendo facultada a participação (i) por meio da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital") ou (ii) mediante comparecimento na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.313, 4º andar, Conjunto 41, Anexo: Parte, Bairro Bela Vista, CEP 01311-934, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **1.** aumentar o capital social da Companhia mediante: **1.1.** a criação de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, com características, preferências e vantagens referentes a dividendos, preferência em liquidação, preferência no recebimento de recursos e conversão, descritas no Edital de Convocação e no Manual para Participação dos Acionistas e Proposta da Administração, enviados por e-mail para cada um dos acionistas. **1.2.** a emissão de 189.537 ações preferenciais da Companhia, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão por ação de R\$ 383.55044133863, no montante total de R\$ 72.697.000,00, a serem totalmente subscritas, e integralizadas até 31/12/2023. Em virtude desta emissão, o capital social da Companhia passaria de R\$ 244.591.497,82 para R\$ 317.288.497,82, dividido em (i) 1.491.059 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 189.537 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Representando, portanto, um aumento no capital social da Companhia por meio de preferência, pelos acionistas, na subscrição das ações preferenciais emitidas. **3.** se não aprovado o aumento de capital descrito no item 1 acima, aumentar o capital social da Companhia nos termos da Cláusula 6 do Acordo de Acionistas, no valor de R\$ 72.697.000,00, mediante a emissão de 72.697.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão por ação de R\$ 1,00, sendo certo que este número de ações a serem emitidas e o preço de emissão por ação consideram como referência os resultados mensais de maio de 2022 a abril de 2023 e que, como nos termos da Cláusula 6 do Acordo de Acionistas, devem ser considerados os resultados mensais dos últimos 12 meses e o resultado de maio de 2023 será fechado entre a presente data e a data da realização da assembleia, a depender do resultado de maio de 2023 o preço de emissão por ação e, consequentemente, o número de ações emitidas, podem ser ajustados, tudo nos termos da Cláusula 6.6 do Acordo de Acionistas. Se aprovado o aumento de capital nos termos deste item 3, abertura do prazo para exercício do direito de preferência, pelos acionistas, na subscrição das ações ordinárias emitidas. **4.** se aprovado o aumento de capital social previsto nos termos do item 1 acima ou nos termos do item 3 acima, a consequente reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a respectiva deliberação. **5.** autorizar a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para implementar as deliberações que sejam aprovadas. **Informações Gerais: Participação na Assembleia:** A Assembleia será realizada de modo parcialmente digital, sendo facultada a participação (i) por meio da Plataforma Digital ou (ii) mediante comparecimento na sede social da Companhia, em ambos os casos pessoalmente ou por procurador devidamente constituído. A apuração de votos dar-se-á durante a Assembleia, através da contagem dos votos realizados na própria Assembleia. Os resultados da apuração de votos serão divulgados durante a Assembleia pelo Presidente da Mesa. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** A Companhia informa que os documentos relacionados às deliberações previstas neste Edital de Convocação e a serem discutidos na Assembleia, incluindo o Manual para Participação dos Acionistas e a Proposta da Administração, bem como demais documentos de apoio, foram disponibilizados aos Srs. nesta data (em conjunto com o envio do presente Edital de Convocação) e encontram-se à disposição dos Srs. acionistas na sede social da Companhia. São Paulo, 20/06/2023. **Carlos Eduardo Martins** – Presidente do Conselho de Administração. (20, 21 e 22/06/23)

Caepa - Cia. de Agua e Esgoto de Paraibuna S.A.

CNPJ/ME nº 22.467.235/0001-20 – NIRE 35.300.478.118

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas para participar da AGO, que se realizará no dia 29/06/23, às 10:00h, na sede da Acionista da Companhia, GS Inima Brasil, em São Paulo/SP na Rua Joaquim Floriano, 913, 6º andar, bairro Itaim Bibi. Ordem do Dia: (i) o exame das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e (iii) autorizações à Diretoria. Paraibuna, 16/06/23. Paulo Roberto de Oliveira - Presidente do Conselho de Administração. (16, 17 e 20/06/23)

Comasa – Companhia Aguas de Santa Rita S.A.

CNPJ/ME 24.353.816/0001-67 – NIRE 35.300.489.608

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas para participar da AGO, que se realizará no dia 29/06/23, às 16h00, na sede da Acionista da Companhia, GS Inima Brasil, em São Paulo/SP na Rua Joaquim Floriano, 913, 6º andar, bairro Itaim Bibi. Ordem do Dia: (i) o exame das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e (iii) autorizações à Diretoria. Santa Rita do Passa Quatro, 16/06/23. Paulo Roberto de Oliveira - Presidente do Conselho de Administração. (16, 17 e 20/06/23)

QISTA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/ME nº 36.583.700/0001-01 – NIRE 35.300.550.242

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2023

1. Data, Hora e Local: aos 28 (vinte e oito) dias do mês de abril de 2023, às 13 horas, na sede social da QISTA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Continental Tower, 9º andar, conj. 91, Cidade Jardim, CEP 05.676-120. **2. Presença:** acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, conforme disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **4. MESA:** Sr. Leonardo Soares Grapeia – Presidente; Sr. Marcia Pacianotto Ribeiro – Secretária. **5. Ordem do Dia:** discutir e deliberar sobre a seguinte matéria: A abertura de Posto de Atendimento no Estado do Rio Grande do Sul, para desenvolvimento das atividades constantes do objeto social da Companhia. **6. Deliberações:** após a análise e discussão da matéria da ordem do dia, os acionistas da Companhia: Aprovaram, por unanimidade de votos, a abertura de posto de atendimento no Estado do Rio Grande do Sul, localizada no endereço Rua dos Andradas, nº 1656, conj. 1002 – Centro – CEP 90020 – 012 – Porto Alegre. **7. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações e depois de lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada. **8. Assinaturas:** Mesa: Sr. Leonardo Soares Grapeia (Presidente) e Sr. Marcia Pacianotto Ribeiro (Secretária). Acionistas: Focus Holding Financeira S.A. e Alan Zelazo. São Paulo (SP), 28 de abril de 2023. Mesa: Leonardo Soares Grapeia – Presidente; Marcia Pacianotto Ribeiro – Secretária. Acionistas: Focus Holding Financeira S.A. Alexandre Mariano Corral Antunes – CPF/MF 345.670.008-33 e Leonardo Soares Grapeia – CPF/MF 327.127.728-14; Alan Zelazo, Nome: Alan Zelazo – CPF/MF 072.211.557-12. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 239.990/23-7 em 16/06/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Quintal SLM S.A.

Ata de Assembleia Geral de Constituição

CNPJ em constituição

1. Data, Hora e Local. Aos 20 de março de 2023, às 11 horas, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista nº 726, cj. 163 – Sala "G", Itaim Bibi, CEP 04532-002. **2. Convocação e Quorum.** Dispensada a publicação do Edital de Convocação, considerando que a totalidade dos acionistas subscritores estava presente, conforme o respectivo livro de presença. **3. Mesa.** Foi composta a mesa com a eleição do Sr. **José Luiz Cintra Junqueira** para presidir o qual convidou a mim, **José Luiz Cintra Junqueira Filho**, para secretariar os trabalhos. **4. Ordem do Dia e Deliberações.** O Sr. Presidente declarou instalada a assembleia e, após os presentes discutirem e votarem o projeto de estatuto social e cumprirem as formalidades legais, foi aprovada, por unanimidade de voto e sem quaisquer restrições: (i) a constituição da **Quintal SLM S.A.** ("Companhia"), a reger-se segundo o Estatuto Social que constitui o Anexo I, ora aprovado, com capital social subscrito de R\$ 1.000,00 (mil reais), integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, nos termos dos Boletins de Subscrição, que seguem na forma do Anexo II, e do recibo de depósito de 10% (dez por cento) do capital social realizado em atendimento ao disposto no art. 80, II, da Lei nº 6.404/76, que seguem na forma do Anexo III; (ii) a eleição do Sr. **José Luiz Cintra Junqueira**, brasileiro, dentista, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.409.155-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 778.073.088-34, residente e domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Bandeira Paulista nº 726, cj. 163 – Sala "G", Itaim Bibi, CEP 04532-002, SP/SP, e do Sr. **José Luiz Cintra Junqueira Filho**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 37.632.662-1-SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 327.105.058-94, residente e domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Bandeira Paulista nº 726, cj. 163 – Sala "G", Itaim Bibi, CEP 04532-002, SP/SP, para ocuparem, respectivamente, os cargos de Diretor Presidente e Diretor sem designação específica, ambos com mandato de 03 (três) anos. Fixa-se a remuneração mensal dos diretores ora eleitos em 01 (um) salário-mínimo mensal. **5. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrado os trabalhos e suspendeu a assembleia pelo tempo necessário a lavratura da presente ata, a qual foi autorizada a sua lavratura na forma de sumário, nos termos do artigo 130, da Lei nº 6.404/76, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. Mesa: José Luiz Cintra Junqueira – Presidente; José Luiz Cintra Junqueira Filho – Secretário; Acionistas: José Luiz Cintra Junqueira; José Luiz Cintra Junqueira Filho e Jussara Moreira Passos Cintra Junqueira. São Paulo, 20 de março de 2023. Certificamos que a presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. Mesa: José Luiz Cintra Junqueira; José Luiz Cintra Junqueira Filho. **Visto de Advogada: Luciene Franzim** – OAB/SP 129.676. Anexo I à Ata de Assembleia Geral de Constituição da **Quintal SLM S.A.** realizada em 15/05/23. **Estatuto Social da Quintal SLM S.A. Capítulo I – Denominação, Sede, Foro, Objeto e Educação. Artigo 1º.** A Quintal SLM S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A companhia tem foro e sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Bandeira Paulista nº 726, cj. 163 – Sala "G", Itaim Bibi, CEP 04532-002. A companhia poderá, a qualquer tempo, por meio de deliberação da Diretoria, abrir e organizar filiais, subsidiárias ou escritórios, no território nacional ou no exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto: (a) prestação de serviços educacionais relacionados à saúde, tecnologia e consultoria, com finalidade de organizar, manter, supervisionar e desenvolver, direta ou indiretamente, cursos de pós-graduação lato sensu, incluindo especialização e aperfeiçoamento profissional; (b) desenvolvimento e exploração de modelo de franquias para implantação e operação de clínicas odontológicas, contemplando modelos de operação e marketing; (c) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; (d) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliário; (e) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; (f) consultoria em tecnologia da informação; (g) desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; e, (h) participação no capital social de sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de quotista ou acionista, como controladora ou não, bem como na realização de investimentos nestas sociedades. **Artigo 4º.** A Companhia tem prazo indeterminado de duração. **Capítulo II – Capital Social. Artigo 5º.** O capital social subscrito é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Artigo 6º.** Cada ação corresponde a 1 (um) voto nas deliberações sociais. **Capítulo III – Assembleia Geral. Artigo 7º.** A Assembleia Geral se reunirá, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais a exigirem, sendo presidida por acionistas ou por qualquer diretor, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **Artigo 8º.** As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não computando os votos em branco. **Capítulo IV – Administração. Artigo 9º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo 02 (dois) membros, sendo um Diretor Presidente os demais diretores sem designação específica, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos. **Parágrafo 1º.** Os membros da Diretoria serão investidos em suas funções mediante assinatura de termo lavrado no livro próprio, dispensada qualquer prestação de caução para garantia de sua gestão. **Parágrafo 2º.** Mesmo após o término do prazo do mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a eleição e posse da nova Diretoria, eleita pela Assembleia Geral. **Parágrafo 3º.** A remuneração global ou individual dos diretores será fixada pela Assembleia Geral. **Parágrafo 4º.** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 10.** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência, assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheque; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo 11.** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo nono competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a 12 (doze) meses, exceto em relação às procurações "ad judicia", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Parágrafo 1º.** Compete à Diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 12.** A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, que quando instalado, deverá ser composto de no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **Parágrafo Único.** A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo de 1% (um por cento). **Artigo 15.** Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá levantar balanços periódicos a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores, respeitadas as disposições legais. **Capítulo VI – Liquidação. Artigo 16.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberações da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Capítulo VII – Disposições Gerais e Transitorias. Artigo 17.** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste Estatuto Social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, São Paulo, 20 de março de 2023. Mesa: José Luiz Cintra Junqueira; José Luiz Cintra Junqueira Filho. **Visto de Advogada: Luciene Franzim** – OAB/SP 129.676. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.614.836 em 10/05/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/06/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

